PANORAMA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ANEMIA FALCIFORME NO PAÍS.

Autor(res)

Nicole Do Nascimento Arantes Marques
Claudete Batista Parreira

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE SOROCABA

Resumo

A presente pesquisa apresenta uma revisão de literatura sobre as políticas públicas para a anemia falciforme no país. Visa evidenciar os desafios e perspectivas dos doentes falciformes. Para elaboração deste estudo, foi utilizada a Pesquisa Bibliográfica como metodologia, viabilizando discussões sobre: o contexto da anemia falciforme, relato dos progressos e entraves das políticas públicas para o diagnóstico precoce e por fim, a exposição do tratamento pertinente a doença falciforme e a relevância das políticas públicas para o diagnóstico precoce. Assim, os resultados evidenciam que nos últimos 40 anos houve a elaboração de políticas públicas que incluem programas para diagnóstico precoce e acompanhamento para as pessoas com doença falciforme, contribuindo para a redução da morbimortalidade e aumento da sobrevida do portador. Mostra ainda que em relação aos entraves, eles existem e as políticas públicas, muitas vezes não acontecem como deveriam em prol do direito à saúde das pessoas com essa doença hereditária e genética. E isso ocorre devido a falta de conhecimento sobre a doença por parte de uma parcela de profissionais da saúde e também do próprio doente falcêmico. Sobre o tratamento referente a esta hemoglobinopatia, e a relevância das políticas públicas para o diagnóstico prematuro, constatou-se que quanto mais rapidamente esta patologia for diagnosticada, maiores possibilidades há de se prevenir e controlar as manifestações clínicas concernentes a ela e com isso oferecer melhor qualidade de vida aos portadores.
Esse tema dificilmente se esgotará, devido sua complexidade.
Assim, como proposta para futuras pesquisas, sugere-se que novos estudos mais aprofundados possam ser realizados, no sentido de despertar a sociedade para esse assunto, em especial os doentes

falcêmicos e seus familiares para a aplicação de direitos básicos pertinentes a esta doença hereditária e genética; pois mesmo após cem anos de sua descoberta, pacientes ainda têm seus relatos minimizados e ignorados, conforme apontou essa revisão bibliográfica.